



CARTA
INTERNACIONAL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 2526-9038

A Política Externa Independente (1961-1964) vista pelas lentes do jornal *The New York Times*

*Independent Foreign Policy
(1961-1964) seen through the lens of
The New York Times*

*La Política Exterior Independiente
(1961-1964) vista a través de las lentes
del periodico The New York Times*

DOI: 10.21530/ci.v19n2.2024.1432

Ismara Izepe de Souza¹

Fábio Moreira Meira²

Resumo

O objetivo do artigo é analisar a forma pela qual o jornal *The New York Times*, um dos maiores expoentes da opinião pública norte-americana, noticiou ações representativas da - + Política Externa Independente (PEI), desenvolvida no Brasil entre 1961 e 1964. A partir da análise de reportagens que tiveram como temática ações relacionadas à PEI, identificamos pontos de contato entre as visões e preocupações esboçadas pelo referido jornal e o governo dos EUA, no que tange às tendências ideológicas e políticas do Governo de João Goulart e às consequências das ações brasileiras no contexto da Guerra Fria.

Palavras-chave: Política Externa Independente; The New York Times; Governo João Goulart.

- 1 Doutora em História pela Universidade de São Paulo, docente do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “Estudos do Sul Global” da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC). (ismara.izepe@unifesp.br). ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9588-3527>.
- 2 Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFABC. (fabio.mmeira@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9778-7796>.

Artigo submetido em 06/05/2024 e aprovado em 07/10/2024.

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.





Abstract

This article aims to analyze how The New York Times, one of the most important American stakeholders in public opinion, published some news related to the Brazilian Independent Foreign Policy (IFP), implemented in Brazil between 1961 and 1964. Analyzing some news published in this journal and related to IFP, we identified some touchpoints between the American government and the journal's concerns, mainly through the ideological and political actions of João Goulart's government and the consequences of these actions in the Cold War.

Key-words: Brazilian Independent Foreign Policy; The New York Times; João Goulart's government.

Resumen

El objetivo del artículo es analizar la forma en que el diario The New York Times, uno de los exponentes de la opinión pública norteamericana, informó acerca de las acciones representativas de la Política Exterior Independiente (PEI), desarrollada en Brasil entre 1961-1964. Desde de la análisis de reportajes que tuvieron como tema acciones relacionadas con la PEI, identificamos puntos de contacto entre las visiones y preocupaciones esbozadas por el citado periódico y el Gobierno de Estados Unidos, acerca de las tendencias ideológicas y políticas del Gobierno de João Goulart y las consecuencias de las acciones brasileñas en el contexto de la Guerra Fría.

Palabras-clave: Política Externa Independiente; The New York Times; Gobierno João Goulart.

Introdução

A inserção internacional brasileira ao longo da história tem se caracterizado por ações em defesa do desenvolvimento interno, a despeito das interpretações distintas de governos sobre as melhores estratégias para efetivá-las. No início da década de 1960, o Brasil vivenciava a emergência da discussão sobre os caminhos que deveriam ser trilhados rumo ao desenvolvimento e à resolução de enormes problemas sociais (Toledo 2014, 42). Embora a política externa não fosse tema recorrente de discussões junto à sociedade civil, as influências do contexto internacional sobre a cena política doméstica costumavam aparecer de forma maniqueísta, consubstanciada nos supostos males ou benefícios do comunismo ou do imperialismo norte-americano. O conflito Leste-Oeste, no contexto da Guerra Fria, se constituía em um elemento importante no discurso





das elites políticas brasileiras, majoritariamente anticomunistas. Nesse sentido, a política externa desenvolvida entre 1961 e 1964 rompeu o círculo fechado e despertou a atenção da sociedade, sendo pauta recorrente da opinião pública (Manzur 2009).

A Política Externa Independente (PEI) tinha entre seus objetivos executar ações internacionais que aprofundassem o caráter universalista do Brasil. Desde os anos de 1950 o país buscava expandir seus contatos internacionais como uma maneira de aumentar as parcerias comerciais. A PEI aprofundou esse movimento trazendo novidades, como a defesa das relações com o continente africano e a retomada de relações diplomáticas com o campo socialista, o que, de fato, culminou com o reatamento de relações com a URSS, em novembro de 1961 (Vizentini 2004).

Lançada durante o breve governo de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961), a PEI teve suas bases teóricas e práticas desenvolvidas durante do governo de João Goulart (1961-1964), o gaúcho que se tornou o herdeiro de Vargas na defesa do trabalhismo brasileiro. Os setores mais à direita no espectro político alegavam que Goulart era condescendente com os ditames da esquerda brasileira, pendendo para a adesão a um projeto comunista. Nesse contexto, a PEI passou a ser, especialmente aos olhos da maior parte da imprensa brasileira, uma política antiamericana e de esquerda. A visão que Lincoln Gordon, embaixador dos EUA no Rio de Janeiro, tinha do governo de Goulart muito determinou a conduta do governo de John F. Kennedy (1961-1963) e, posteriormente, de Lyndon Johnson (1963-1969) para o Brasil. Havia um clima de apreensão e de descontentamento por parte dos EUA frente aos caminhos trilhados pelo Brasil no campo doméstico e internacional (Fico 2014).

Diante disso, esse texto tem como proposta analisar a forma pela qual o *The New York Times* (NYT), um dos maiores jornais dos EUA, avaliou e noticiou ações decisivas e representativas da inserção internacional brasileira neste período, identificando pontos de contato com as visões e preocupações norte-americanas em relação ao Brasil. Priorizamos a observação de eventos específicos que marcaram a PEI, enfatizando aqueles que tiveram maior relação com os interesses dos EUA. Analisaremos os dias finais da gestão de Jânio Quadros, com atenção especial à condecoração de Che Guevara, em 19 de agosto de 1961; o reatamento de relações com a URSS, em novembro de 1961; a Conferência de Punta del Este, que tratou da questão cubana, em janeiro de 1962; e a visita oficial de João Goulart aos EUA, em abril de 1962. Realizamos a busca a partir de datas





aproximadas desses acontecimentos (os dias subsequentes ou de ocorrência dos mesmos). Foram catalogadas trinta e quatro reportagens que fizeram menção ou que tiveram como tema principal os eventos mencionados acima.

O tema enseja breves considerações sobre opinião pública e imprensa. O conceito de opinião pública é vasto, compreendendo estudos no campo da comunicação e da sociologia. Consideramos adequado para a nossa proposta de análise o conceito desenvolvido por Figueiredo e Cervellini, que a partir de uma abordagem multidisciplinar define opinião pública como “todo fenômeno que, tendo origem em um processo de discussão coletiva e que se refira a um tema de relevância pública (ainda que não diga respeito a toda a sociedade), esteja sendo expresso publicamente, seja por sujeitos individuais, seja em manifestações coletivas” (1995, 8).

Pensando nas interações entre opinião pública e imprensa, destacamos as análises de Walter Lippmann (1922), que argumenta que a imprensa seria capaz de utilizar os estereótipos que existem na mente dos indivíduos e disseminá-los, impactando a percepção das massas e moldando a opinião pública. Este autor também se dedicou, em sua obra referencial, a estudar as interações entre a opinião pública e a política externa, sendo pioneiro nessa seara. Para Lippmann, a população não possui capacidade de compreender a fundo os temas internacionais por serem distantes da sua realidade. Em 1950, Gabriel Almond lançou a obra *The American People and Foreign Policy*, utilizando métodos estatísticos para validar empiricamente os pensamentos de Lippmann (1950). Almond acrescenta que, uma vez que os indivíduos possuem pouca informação sobre política externa, eles deveriam delegar sua formulação aos especialistas, que teriam maior racionalidade para lidar com ela. Além disso, Almond argumenta que a opinião pública americana mudaria muito rapidamente suas opiniões sobre temas de política externa, o que significaria uma falta de coerência e de compreensão sobre a complexidade dessa esfera. Os trabalhos desses dois autores ficaram conhecidos como o “Consenso de Almond-Lippmann” (Holsti, 2001). Ole Holsti contrariou o referido consenso a partir dos estudos sobre o interesse da opinião pública sobre a Guerra do Vietnã, concluindo que o público apresentava opiniões que revelavam moderação e continuidade em assuntos de política externa, ao invés de imprevisibilidade e instabilidade (2001).

Realizamos o levantamento e análise das reportagens acerca do Brasil no *NYT* considerando que para fins analíticos, as considerações de Holsti se relacionam de forma mais adequada a nossa interpretação. A pesquisa nos deu a oportunidade





de conhecer a imagem do Brasil que o jornal desejava projetar junto à opinião pública norte-americana. Cumpre mencionar que estamos abordando essa temática a partir da perspectiva do emissor, pois seria difícil ter uma noção precisa da forma como tais notícias influenciaram a visão que o leitor médio detinha do Brasil, especialmente de sua inserção internacional. Por outro lado, sabemos que a intenção da imprensa, ao selecionar as informações e priorizar alguns assuntos em detrimento de outros, determina um tipo de apreensão da realidade pelo leitor. Optamos pelo *NYT*, dado o seu gigantismo no que se refere ao alcance que detinha junto ao público leitor dos EUA no período estudado.

Importante expoente da opinião pública norte-americana, o *The New York Times* foi fundado em 1851, inicialmente sob o nome *New York Daily Times*, adotando, em 1896, o nome atual. Segundo Molina, até dezembro de 2006, o site do jornal contava com mais de 44 milhões de visitas, sendo possivelmente um dos mais influentes do mundo (2009, 158). O período aqui estudado é particularmente importante para o periódico porque marca sua transformação em um jornal de âmbito nacional, ao abrir uma sucursal na costa oeste americana (Molina 2009, 115). Em 1971, o jornal se cobriu de glória ao divulgar os “Papéis do Pentágono”, uma série de documentos ultrassecretos sobre a participação norte-americana na Guerra do Vietnã, que colocaram em xeque a credibilidade do país frente à população civil (Molina 2009, 134).

O *NYT* é classificado como um jornal liberal, embora comumente esteja no centro do espectro político, pois já apoiou e criticou tanto presidentes republicanos quanto democratas (Molina 2009). Segundo Gay Talese, na década de 1960, o *NYT* estava diariamente presente em 11464 cidades americanas e todas as capitais do mundo. Em 1966, possuía 5307 empregados e consumia anualmente em papel, para sua produção, mais de 5 milhões de árvores (2000, 83-84). A escolha do jornal também obedeceu a uma lógica pragmática de acesso às fontes, uma vez que seu acervo pode ser consultado integralmente pelos assinantes, através de um mecanismo denominado *Times Machine*. Identificamos que o referido jornal aumentou consideravelmente seu interesse pelo Brasil durante os primeiros anos da década de 1960 e, em linhas gerais, esteve preocupado em demonstrar que o país estava suscetível ao “perigo vermelho”.

Com o intuito de melhor apresentar nossas ideias, dividimos o artigo em três seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção faremos uma explanação sobre a Política Externa Independente, suas principais ações, apontando que sua imagem, por parte da imprensa nacional, estava associada à





esquerda e ao antiamericanismo. Na segunda e terceira seção abordaremos como temas específicos da PEI foram avaliados pelo *NYT*. Primeiramente analisaremos a abordagem que o jornal fez da condecoração de Che Guevara, e do reatamento de relações do Brasil com a URSS, ambos ocorridos em 1961. Na terceira e última parte analisaremos duas temáticas que guardam íntima relação com os interesses norte-americanos: a postura do Brasil na Conferência de Punta del Este, em janeiro de 1962, que culminou com a expulsão de Cuba do sistema interamericano, se configurando como um dos principais pontos de divergência entre EUA e Brasil, e a visita de João Goulart aos EUA, em abril do mesmo ano. Observar a forma pela qual o *NYT* abordou esses eventos nos permite entender como uma empresa poderosa e influenciadora da opinião pública norte-americana, e o próprio governo dos EUA, enxergavam o Brasil e o governo de João Goulart.

Consideramos que o tema proposto guarda interações com a atualidade no campo da política externa brasileira, afinal, após mais de 60 anos dos eventos aqui expostos, as relações entre Brasil e EUA continuam a pautar boa parte do debate acerca das orientações que o Brasil deve seguir em sua inserção internacional. A imprensa, brasileira ou internacional, permanece como instrumento eficiente para moldar a opinião pública e levar a temática da política externa do Brasil, tão encapsulada na burocracia estatal, para um público mais amplo, ainda que sob as lentes de grupos específicos.

A Política Externa Independente e a opinião pública brasileira e norte-americana

A Política Externa Independente, inaugurada pelo presidente Jânio Quadros em 1961, baseou-se na ideia de que as ações do Brasil no cenário internacional deveriam ser encaminhadas a partir dos princípios de autonomia e universalização. Segundo Paulo Vizentini, a PEI revelou-se muito mais precoce do que equivocada, uma vez que seus preceitos seriam retomados pela política externa do Governo Geisel, na década de 1970 (2004,15).

A recepção e condecoração de Che Guevara, em 19 de agosto de 1961, se constituiu em um gesto simbólico, fornecendo a fagulha que desencadeou a crise final do governo de Jânio Quadros (Ricupero 2017, 394). O revolucionário argentino, identificado com a Revolução Cubana, recebeu das mãos do presidente brasileiro a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a mais alta honraria que o





Brasil oferece a estrangeiros. Com a renúncia de Quadros, e após o processo que quase levou ao impedimento de uma sucessão legalista, João Goulart chegou ao poder se comprometendo com a manutenção da PEI. Seu ministro de Relações Exteriores de maior projeção, quiçá um dos mais reverenciados chanceleres brasileiros de todos os tempos, Francisco Clementino de San Tiago Dantas, foi responsável por ações como a retomada de relações diplomáticas com a URSS, e também por dar uma dimensão teórica sofisticada à PEI. A retomada de relações com países socialistas foi respaldada pela defesa do universalismo, dando ensejo às críticas da oposição, que incidiam sobre o caráter pretensamente antiamericano do Governo Goulart. A argumentação partia de um olhar cuidadoso sobre o sistema internacional e as disputas entre o ocidente e o mundo socialista. Dantas defendia que países como o Brasil poderiam contribuir para que a disputa entre EUA e URSS tivesse uma dimensão de convivência competitiva (Fonseca 2013, 992).

Partindo do pressuposto de que a imprensa não se constitui exatamente como sinônimo de “opinião pública”, mas sim de “opinião publicada”, entendemos que, historicamente, os interesses das elites brasileiras sempre se fizeram presentes na análise que os jornais realizaram sobre assuntos variados, não sendo diferente na política externa. Muitos autores já se dedicaram a entender a construção da imprensa brasileira enquanto braço das elites dominantes (Sodré 1999; Pilagallo 2012; Capelato 1989). No Brasil, a imprensa se afirmou majoritariamente enquanto espaço de defesa das ideias liberais. Projetos desenvolvimentistas, nacionalistas e de esquerda receberam críticas contundentes dos órgãos de imprensa, vide o seu papel na derrubada de presidentes de épocas e contextos tão distintos quanto Getúlio Vargas, em 1954, e Dilma Rousseff, em 2016. Nelson Werneck Sodré enfatiza em seu clássico *História da Imprensa no Brasil* que “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista” (1999, 1). Os grandes jornais, especialmente no pós-2ª guerra, se transformaram em empresas capitalistas, sendo sua liberdade condicionada pelos interesses burgueses. Como também afirma Sodré, “as correntes de opinião divergentes das forças dominantes tiveram a capacidade reduzida apenas à possibilidade de manter semanários” (1999, 408).

Segundo Alzira Alves de Abreu, entre os anos de 1950 e 1960, a linguagem dos periódicos foi ficando mais objetiva e a notícia foi ocupando mais espaço que a opinião (2006, 109). Isso não quer dizer que as notícias fossem imparciais. A imprensa se constituiu, para utilizar um jargão bem conhecido, como um “quarto poder”, tamanha importância que teve em decisões de política interna. Nesse





período, os periódicos não alcançavam toda a população, mas em comparação com as décadas anteriores, houve progressiva ampliação do público alvo. A imprensa contribuiu majoritariamente para formar a opinião das classes médias, conseguindo também difundir suas ideias para amplas camadas da sociedade.

Na década de 1960, os jornais brasileiros de grande circulação trouxeram para o debate público a oposição entre “democracia” e “comunismo” (Barbosa 2007, 181). A PEI apresentava uma clara intersecção entre temas de importância doméstica e internacional, tais como desigualdade, desenvolvimento e justiça. O tratamento do Governo Goulart por parte da opinião pública recebeu uma importante contribuição de Tânia Manzur que, a partir das discussões travadas no Congresso Nacional e nos principais veículos de imprensa escrita, analisou como a opinião pública abordou os assuntos referentes à PEI, identificando quatro principais correntes de pensamento: o liberal associacionismo, o liberal-nacionalismo, o universal-independentismo e o radical nacionalismo (2009, p. 17). Em linhas gerais, os dois primeiros grupos priorizavam as relações com o Ocidente, sendo que o primeiro valorizava o engajamento brasileiro na luta ideológica entre Leste e Oeste. Os liberal-nacionalistas também temiam o avanço do comunismo, mas mostravam-se crentes nas instituições democráticas. Os universal-independentistas apregoavam a universalização das relações econômicas e políticas do Brasil, enquanto que os radical-nacionalistas denunciavam o imperialismo norte-americano, vendo com bom grado a aproximação do Brasil com os países socialistas (2009, 282-283). Os dois últimos grupos identificados por Manzur se constituíram em minoritários, tendo a grande imprensa se comportado majoritariamente contra a PEI.

A avaliação que a grande imprensa brasileira fez da PEI foi corroborada pelo jornal *NYT*, que mantinha contato com as altas lideranças dos EUA. Segundo Renata Itagyba, o presidente Lyndon Johnson, em 1963, fazia contatos telefônicos diretamente com o comandante do *NYT* (2013, 42). Tal informação reforça a nossa percepção de que as publicações do jornal expressavam as mesmas preocupações e visões que o governo dos EUA tinha do Brasil e do governo de João Goulart, possivelmente havendo mútua influência entre os mesmos nessa seara.

Analisar a forma pela qual um jornal dos EUA avaliou a Política Externa Independente é importante para entender diversas facetas das relações entre Brasil e EUA que marcam aquele período. A forma como a opinião pública norte-americana enxergava a situação política do Brasil deve ser abordada dentro de um espectro maior de imagens produzidas pela Guerra Fria. É possível que grande





parte do público leitor não tivesse conhecimentos aprofundados sobre o Brasil, sendo as notícias sobre sua situação política, e especialmente sobre eventos de sua inserção internacional, uma forma de orientar o olhar dos norte-americanos para o que ocorria no maior país latino-americano.

NYT e a Política Externa Independente

Jânio Quadros é o único presidente brasileiro cujo governo costuma ser lembrado mais pela sua política externa do que pelos seus feitos internos. Quase todos os manuais didáticos de História do Brasil ilustram o texto sobre o período com a célebre foto do presidente Quadros condecorando Ernesto Che Guevara. A renúncia de Quadros, ocorrida poucos dias depois, em 25 de agosto de 1961, guarda relação com o evento, uma vez que a opinião pública brasileira se mostrou majoritariamente chocada e contrária à homenagem ao revolucionário argentino. Mesmo não pairando suspeitas sobre o perfil político de Jânio Quadros e dos setores que apoiavam seu governo – lembrando que em sete meses de gestão sua política econômica foi liberal e sem qualquer indício de enfrentamento do *status quo* – seu gesto foi visto como desafiador e pode ser entendido como um elemento de barganha frente aos EUA (Vizentini 2004, 162).

Entre 13 e 27 de agosto de 1961, *NYT* publicou seis reportagens que versaram sobre a gestão de Jânio Quadros, com especial atenção à passagem de Che Guevara pelo Brasil, sua condecoração e à crise que levou à renúncia do presidente. O jornal divulgou detalhes sobre a reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social, realizada na cidade uruguaia de Punta del Este entre 6 e 17 de agosto. O evento girou em torno das discussões sobre as possibilidades dos países latino-americanos receberem auxílio da Aliança para o Progresso (Alpro). Considerado o principal projeto de política externa dos EUA para a América Latina, uma espécie de Plano Marshall para o continente, a Alpro se constituía em um conjunto de medidas para financiar o desenvolvimento dos países da região, a partir de parâmetros definidos pelos EUA, com o nítido intuito de livrá-los da influência comunista. As interações do Brasil com a Alpro foram analisadas por autores que ressaltam que governos estaduais opositores à Goulart receberam maiores vultos de investimentos do projeto (Loureiro 2020; Spohr, 2020; Ribeiro, 2021).

O então ministro da Indústria de Cuba, Ernesto Che Guevara, compareceu à reunião em Punta del Este, sendo uma voz dissonante nas discussões. Figura





indesejada pelos EUA, Guevara defendeu outro tipo de desenvolvimento para a América Latina, atacando as diretrizes propostas pelos EUA. O ministro da Fazenda de Jânio Quadros, Clemente Mariani, transmitiu a Che, ainda durante a reunião, o convite do presidente para que ele, quando do retorno à Cuba, fizesse escala em Brasília. O convite foi anunciado em reportagem do *NYT* de 13 de agosto, que também explicava a postura do Brasil sobre o regime cubano. Defendendo a ideia de que a Alpro deveria contemplar Cuba, o Brasil argumentava que o isolamento deixaria a ilha cada vez mais dependente da URSS e do comunismo chinês.³

A reportagem *Quadros homenageia Guevara*⁴ que não está assinada, mas provavelmente foi escrita por um dos correspondentes do jornal no Brasil, transcreveu fragmentos da imprensa brasileira críticos à condecoração de Guevara. Segundo o jornal *O Globo*, o presidente havia fornecido injustamente uma honraria para um comunista que não havia feito nada de louvável ao Brasil. A crise política desencadeada pelo ato da condecoração foi o tema central da reportagem *Quadros irrita governador brasileiro*⁵ que, em 21 de agosto, afirmava que a honraria a Che Guevara era o exemplo mais recente da Política Externa Independente. Não há nessas reportagens um tom eloquente de reprovação à PEI, mas elas priorizaram dar vozes a políticos como Carlos Lacerda, que realizou críticas ferozes ao ato do presidente brasileiro.

A preocupação do governo norte-americano com a situação de instabilidade política do Brasil foi evidenciada na reportagem *EUA vê com cautela ação no Brasil*⁶, de 28 de agosto, que noticiava que os EUA estavam sendo acusados pela União Soviética e por Cuba de terem arquitetado a demissão de Jânio. Um leitor que tivesse maior conhecimento sobre as forças políticas presentes no país saberia que ao governo dos EUA não interessava a renúncia de um presidente que tinha um vice como João Goulart, muito mais identificado com a esquerda do que Jânio. As elocubrações estavam diretamente relacionadas à Política Externa Independente, coroada com a recepção a Che Guevara.

A reportagem *Quadros expõe a Nação*⁷ traçou um panorama dos sete meses do governo de Jânio Quadros, evidenciando sua política externa e a postura do

3 *Brazilian Urges America's unity*, by Juan de Onis, 13/08/1961, NYT.

4 *Quadros honor Guevara*, 19/08/1961, NYT.

5 *Quadros Angers Brazil governor*, 21/08/1961, NYT.

6 *U.S views action in Brazil warily*, by Tad Szulc, 28/08/1961, NYT.

7 *Quadros puts case to people*, by Juan de Onis, 27/08/1961, NYT.





Brasil em relação a Cuba, entendida como associada à intenção do país de retomar relações com a URSS. Juan de Onis, que assina a matéria, não opinou sobre os rumos políticos brasileiros, mas terminou o texto estabelecendo comparações entre o sistema político do Brasil e o de outras democracias como Inglaterra ou Canadá, cujas legislações permitiam convocação imediata de eleições gerais em casos de instabilidade. Indiretamente, a reportagem corroborava com a ideia de que João Goulart não deveria assumir a presidência diante da situação de instabilidade institucional gerada pela resistência que vários setores, especialmente os militares, manifestaram à transmissão de cargo.

Das cinco matérias aqui mencionadas, três foram assinadas por correspondentes do jornal: duas por Juan de Onis e uma por Tad Szulc. Onis foi correspondente do *NYT* por mais de cinco décadas, tendo morado no Rio de Janeiro por cerca de quinze anos. Foi ele quem cobriu para o jornal o suicídio de Vargas e, entre outros feitos curiosos, ajudou Antônio Carlos Jobim a verter para o inglês a música “Garota de Ipanema” (O Globo, 2019). Onis escreveu artigos de opinião sobre o Brasil pelo menos até 2017, passando de entusiasta do crescimento econômico dos governos Lula a crítico do Partido dos Trabalhadores, a partir das denúncias de casos de corrupção (O Globo, 2019).

Tad Szulc, que teve seu ápice na carreira escrevendo sobre Fidel Castro e a tentativa frustrada de invasão da Baía dos Porcos por parte dos EUA, também esteve no Brasil nos anos de 1960 (Szulc 1986). Segundo Torres Montenegro, em 23 de outubro de 1960, *NYT* publicou uma longa reportagem de autoria de Szulc intitulada *A pobreza no nordeste do Brasil cria ameaça de revolta*, que apontava a região brasileira como um perigo para o Brasil, os EUA e todo o continente (2010). A análise envolvia os trabalhadores das ligas camponesas e a luta por reforma agrária, reforçando a associação entre pobreza e comunismo. Para Montenegro, o efeito dessa reportagem pode ter se somado aos relatórios que o consulado dos EUA enviava a Washington por meio de agentes da CIA que trabalhavam naquela representação (2010). Em entrevista a James Green, o embaixador Lincoln Gordon reconheceu que as reportagens de Szulc contribuíram para fomentar uma imagem do nordeste brasileiro como área explosiva, dado os enormes problemas sociais. Gordon afirmou que, até então, os norte-americanos não tinham ouvido falar daquela região brasileira, e que as reportagens sensibilizaram o público (Gordon apud Green 2009, 56).

A atenção que o jornal destinou ao Nordeste é condizente com as preocupações que o governo norte-americano tinha com aquela região do país. Segundo Felipe





Loureiro, Kennedy atribuía à região potencial revolucionário, dada à combinação dos alarmantes índices sociais com a intensa mobilização social, o que levaria Washington a lhe destinar vultuosos recursos da Alpro, especialmente para Pernambuco (2020, 32).

A PEI teve no reatamento de relações com a URSS, ocorrido em novembro de 1961, um de seus atos mais eloquentes. Desde a década de 1950 essa possibilidade vinha sendo estudada pela diplomacia brasileira, mas Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek decidiram não arcar com os custos políticos de uma medida com tamanho valor simbólico. O Brasil, que havia rompido relações com a Rússia em 1917, como resultado da implementação do governo bolchevique, reatou relações em 1945, rompendo novamente em 1947. Sobre esse último feito, interessante observar que o Brasil foi “mais realista que o rei”, uma vez que o anticomunismo das elites políticas brasileiras foi fator mais decisivo para o rompimento de relações com a URSS do que propriamente o desejo de agradar aos EUA no plano internacional (Rezende 2006).

A iniciativa do governo de João Goulart recebeu duras críticas da oposição, cuja alegação girava em torno da influência comunista que cresceria internamente como produto da proximidade política com a URSS. O governo Jânio Quadros já havia iniciado um movimento de aproximação com a Europa Oriental, estabelecendo relações com Hungria e Romênia e enviando uma missão especial a vários países socialistas para o adensamento de relações comerciais (Garcia 2005, 184). Mas o reatamento político com a URSS possuía um peso simbólico muito maior. A reação da imprensa brasileira foi majoritariamente negativa, evidenciando os perigos que tal aproximação acarretaria ao Brasil. O jornal *O Estado de S. Paulo*, de grande circulação no país, argumentou que a aproximação com a potência do leste era insignificante do ponto de vista econômico e servia aos propósitos soviéticos de minar o ocidentalismo (Souza 2018, 384).

NYT veiculou três reportagens que se dedicaram a informar o reatamento de relações do Brasil com a URSS. As matérias especiais enviadas diretamente do Rio de Janeiro não foram assinadas, mas provavelmente foram escritas pelos mesmos correspondentes mencionados anteriormente. Não há em nenhuma delas manifestação de opinião contrária ou favorável ao feito, mas todas ressaltaram a reação da oposição ao governo de Goulart, o que acabava por corroborar a avaliação feita pela grande mídia brasileira, uma vez que priorizaram as vozes da oposição ao invés das justificativas governamentais para o ato. Duas dessas reportagens informaram sobre a reação do legislativo brasileiro, mais





especificamente da “Ação Democrática”, um grupo na Câmara dos Deputados que, contando com 155 de seus membros, votou uma moção de censura ao chanceler San Tiago Dantas pelo gesto⁸. Somente a última das três reportagens mencionou a justificativa governamental, no caso, a fala do primeiro-ministro, Tancredo Neves, que explicou que o reatamento não alterava o fato do Brasil ser cristão e democrático.⁹

Com o reatamento, o Brasil se incluía ao rol de 71 países que mantinham relações diplomáticas com a URSS (Vizentini 2004, 177), sendo que a justificativa baseada na necessidade de aproximação econômica possivelmente contentava as lideranças norte-americanas. No início da década de 1960, aos EUA interessavam evitar a propagação do exemplo cubano e não o soviético, que sabiam não representar riscos efetivos de fomento a processos revolucionários na região. Para os anticomunistas latino-americanos Cuba foi se transformando no principal modelo a ser evitado.

As relações entre Brasil e EUA: o âmbito multilateral e o bilateral vistos pelo *NYT*

As relações entre o governo de João Goulart e os governos de Kennedy e Johnson nos EUA foram marcadas por dificuldades na conciliação de interesses. Influenciadas pelo espectro e trauma da experiência revolucionária em Cuba, as lideranças norte-americanas temiam que o perfil reformista de João Goulart e seus canais abertos com a esquerda brasileira pudessem desencadear um processo revolucionário no Brasil. As ações internas do governo de Goulart e de suas bases preocupavam os EUA, cujo governo estava decidido a não permitir o estabelecimento de uma nova Cuba no continente americano (Fico, 2014).

Cuba voltou a ser o alvo das atenções na imprensa brasileira e norte-americana em janeiro de 1962, quando ocorreu a VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos (OEA). Na Conferência, que ocorreu em Punta del Este, foi decidido o destino da ilha frente ao sistema interamericano. Sua convocação resultou da pressão dos EUA para que os países americanos tomassem medidas drásticas contra Cuba. Os EUA já

8 *Brasil bloc scores new tie to soviets*, 25/11/1961, NYT; *Brazilians decry new tie to soviet*, 24/11/1961, NYT.

9 *Brazilians defend new ties to soviet*, 26/11/1961, NYT.





havam rompido relações com o governo cubano em janeiro de 1961 (Franchini Neto 2005, 9), mas a declaração de Fidel Castro sobre o caráter socialista da revolução, ocorrida em novembro do mesmo ano, levou o governo norte-americano a temer que processos revolucionários na América se espalhassem pelo continente.

A delegação brasileira, chefiada por San Tiago Dantas, se colocou drasticamente contra as proposições norte-americanas, defendendo uma saída conciliatória: a “finlandização” da ilha. Por essa proposta, Cuba se comprometeria a se portar como um Estado neutro, tendo um rol de obrigações negativas. Baseado no Direito Internacional, o Brasil atentava para a inoperâncias das sanções, que poderiam consolidar a influência soviética na ilha chefiada por Fidel Castro (Franchini Neto 2005). Ao final da Conferência, Cuba foi expulsa da OEA, o que se constituiu em uma decisão discutível juridicamente, uma vez que, como defendia a delegação brasileira, a Carta da Organização não previa a expulsão de seus Estados-membros (Ávila 2011, 5).

San Tiago Dantas foi a figura que mais se destacou na reunião como líder de um grupo de países contrários às intenções dos EUA. Sem negar o caráter autoritário do regime cubano, defendia que a exclusão do país do sistema interamericano em nada auxiliava a causa democrática no continente, trazendo à tona argumentos diplomáticos que advinham de princípios jurídicos (Fonseca 2013, 1020). A imprensa brasileira acompanhou o desenrolar da reunião com incomum interesse. Jornais como *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* seguiram diariamente todos os passos da reunião, criticando a linha de atuação brasileira (Souza, 2018). Houve grande sintonia entre a grande imprensa brasileira e norte-americana na cobertura do evento. *NYT* publicou quatorze reportagens focadas na reunião, algumas delas mesmo antes de seu início. Diversas matérias produzidas no Rio de Janeiro foram enviadas ao *NYT*, relatando os preparativos que o Brasil realizava para o encontro. Dias antes de seu início, que ocorreu no dia 22 de janeiro, a diplomacia brasileira mobilizou os representantes de diversos países latino-americanos para discutir qual seria a postura a ser defendida, dada a gravidade da situação.

Mais uma vez, Juan de Onis e Tad Szulc foram os jornalistas que se revezaram na redação das reportagens, partindo de três locais diversos: Rio de Janeiro, Punta del Este e Washington. As matérias reportavam em minúcias a posição das delegações americanas, com destaque para a posição norte-americana e brasileira, que se consubstanciavam como lideranças de dois blocos antagônicos na compreensão sobre como a OEA deveria agir frente à Cuba. As matérias





apresentaram um perfil majoritariamente informativo, não se constituindo em editoriais, mas é perceptível o destaque aos argumentos norte-americanos frente ao comunismo e, por vezes, a impaciência com a posição brasileira. Reafirmando o protagonismo brasileiro na reunião, a maioria das reportagens citava a posição de San Tiago Dantas e seus argumentos favoráveis à não exclusão de Cuba da OEA. Antes mesmo do início da Conferência, uma das poucas reportagens não assinadas pelos dois jornalistas mencionados, mas que deve ter sido escrita por um deles, trazia o subtítulo *Brasil adota a política do viver e deixar viver*¹⁰, que esboçava, ainda que de forma não taxativa, a ideia de que a postura brasileira era conivente com o perigo que Cuba representava para o concerto hemisférico. Juan de Onis viajou a Punta del Este e cobriu os detalhes da reunião.

Tad Szulc assinou algumas reportagens direto de Washington e, em 15 de janeiro de 1962, escreveu uma matéria de teor muito mais opinativo sobre o Brasil. Szulc, que já havia escrito reportagens que alarmaram o governo norte-americano sobre as ligas camponesas, argumentou que existia o perigo de uma virada mais à esquerda do governo brasileiro, mostrando que havia expectativas para as eleições em nível estadual que ocorreriam em outubro daquele ano. Szulc mencionava a PEI como uma política de resistência e defendia a necessidade de o governo norte-americano ajudar financeiramente o Brasil como única medida para evitar o nacionalismo e a ascensão das esquerdas.¹¹

Ao acompanhar o encontro, que durou de 22 a 31 de janeiro, *NYT* deu especial atenção ao fato de que sete nações, lideradas pelo Brasil, se negavam a impor sanções contra Cuba, apesar de concordarem que o comunismo não era condizente com os valores americanos. Para os EUA, o grande impasse da Conferência era que os votos dos sete países e Cuba seriam suficientes para que não se atingisse a maioria de dois terços necessárias para aprovar sanções à Cuba.

Em reportagem publicada pelo jornal no dia 28 de janeiro, Tad Szulc descreveu o nítido incômodo da delegação americana com a resistência orquestrada pelos membros da delegação brasileira.¹² Os EUA acreditavam que uma derrota na Conferência poderia ter impactos em aprovações futuras de investimentos pelo Congresso americano para a Aliança para o Progresso. Os EUA insistiam que o futuro do desenvolvimento econômico da região dependia da Alpro, que nas

¹⁰ *Brazil Bids America adopt live-and-let-live policy* In: *Hemisphere code on Castro Urged*, 12/01/1962, NYT.

¹¹ *US Fears a turn left in Brazil*, 15/01/1962, NYT.

¹² *Split on Cuba is a blow to U.S.*, 28/01/1962, NYT.





palavras de Dean Rusk, mencionadas em fragmento da referida reportagem, representava uma verdadeira “revolução democrática” no continente. Para o secretário de Estado norte-americano, presente na reunião, os resultados da Conferência desafiavam o destino da Alpro, apresentada como o oposto da revolução comunista.

A mudança de posição do Haiti permitiu que fossem aprovadas as sanções à Cuba e sua expulsão da OEA, conforme defendia a posição dos Estados Unidos. Chile, Brasil, Argentina, México, Bolívia e Equador se abstiveram na votação e Cuba foi o único país a votar contra a resolução que afirmava que a adesão ao marxismo-leninismo era incompatível com o sistema interamericano. As diversas reportagens que acompanharam as discussões que culminaram no isolamento cubano enfatizaram as divergências entre os dois grupos, reforçando a autonomia do Brasil frente aos ditames dos EUA.

Poucos dias depois do término da Conferência, um acontecimento viria a aprofundar as dissidências entre Brasil e EUA, contribuindo para a deterioração de suas relações bilaterais: a desapropriação dos bens da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da ITT (International Telephone & Telegraph) pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado do presidente João Goulart. Julgada como confisco pelo governo norte-americano, a medida contribuiu para acirrar os ânimos entre as lideranças de Brasil e EUA (Moniz Bandeira 2010, 157). Embora concordassem com a urgência de reformas sociais e econômicas, Brizola criticou Jango por sua disposição em negociar a compra da ITT, considerando que aquele era um caso exemplar da espoliação internacional, como descrito na Carta Testamento de Getúlio Vargas, em 1954 (Freixo; Heredias 2022, 9).

A viagem de João Goulart aos EUA, no início de abril de 1962, teve como um dos principais intuitos solucionar essa questão. A conversa entre Kennedy e o presidente brasileiro, em 4 de abril de 1962, visava possibilitar o estudo de uma fórmula, segundo a qual o Brasil negociaria a compra de outras empresas norte-americanas que prestavam serviço de utilidade pública, em troca de “justa compensação”. Segundo Moniz Bandeira, Goulart se recusou a assinar acordos danosos ao Brasil e não se mostrou, como Kennedy esperava, enfático defensor da Aliança para o Progresso (2010, 160).

A visita do presidente brasileiro aos Estados Unidos foi tema de doze reportagens do *NYT*. No dia da chegada de Goulart aos Estados Unidos, *NYT* publicou matéria bem amigável ao Brasil, enfatizando a moderação de Jango frente às demandas da esquerda radical. As simpatias a Goulart vinham acompanhadas





da aposta de que ele demonstraria seu entusiasmo com a Aliança para o Progresso, expectativa que era a mesma da administração Kennedy.¹³ Goulart, que sofria suspeição de parte da direita brasileira por seu histórico sindical e sua disposição de compreender as demandas mais efusivas da esquerda, recebeu um voto de confiança nos EUA. O jornal afirmava que ele havia se revelado como um político “moderado e responsável”.¹⁴

Em reportagem publicada no dia seguinte ao encontro entre os dois presidentes, o jornal permaneceu destacando o clima ameno que pairava sobre a visita de Goulart, ressaltando o desejo do presidente Kennedy de ir ao Brasil em retribuição à visita, ainda no ano de 1962. *NYT* informou que, segundo Kennedy, o encontro com Goulart resultaria em laços mais fortes e prósperos entre os dois países. Contudo, a independência da política externa brasileira e o seu caráter universalista não passavam despercebidos pelo jornal, que frisava que Goulart “assumiu a linha independente em alguns pontos da Guerra Fria”.¹⁵

NYT tratou João Goulart como um político que havia conseguido alterar a sua imagem para um presidente moderado. A reportagem *Goulart elogiado por antigos inimigos*¹⁶, do dia 14 de abril, portanto dias após Goulart deixar os EUA rumo ao México, informava que a imprensa conservadora brasileira estava mais amigável ao governo, enquanto a imprensa comunista estava mais receosa, possivelmente devido aos acordos relacionados à Aliança para o Progresso. No entanto, a Política Externa Independente se mantinha como ponto de convergência entre as esquerdas e o governo brasileiro.

Essas duas versões do presidente brasileiro, de agitador ou moderado, se alternavam junto à imprensa brasileira. De família de grandes estancieiros gaúchos, João Goulart não era avaliado pela esquerda como um líder capaz de efetivar, de forma profunda, as reformas que o país necessitava, especialmente a agrária. Essa, porém, não era a visão dos setores conservadores, que o enxergavam como uma pessoa condescendente com pautas radicais e comunistas. O presidente ora era visto como radical, disposto a bancar uma ruptura institucional, ora era rotulado como um político incapaz de realizar reformas, dada a sua origem familiar (Ferreira 2006, 16). A imprensa brasileira não raramente avaliava Goulart como indeciso e incompetente, embora ele contasse com amplo apoio das camadas

13 *The Brazilian Presidente*, 03/04/1962, NYT.

14 *The Brazilian Presidente*, 03/04/1962, NYT.

15 *Kennedy to visit Brazil this year; sees better ties*, 05/04/1962, NYT.

16 *Goulart lauded by formed foes*, 14/04/1962, NYT.





mais pobres da população. Segundo pesquisas do IBGE, em 1964, às vésperas do golpe que o derrubou, Goulart tinha cerca de 86% de aprovação entre os mais pobres na cidade de São Paulo (Thomas, 2014).

O jornal aqui analisado parece ter esboçado uma imagem de Goulart mais positiva do que a imprensa brasileira. No entanto, o otimismo frente à possível aquiescência de Goulart às determinações do governo dos EUA encontrava limites em sua reafirmação da Política Externa Independente, o que pode ser identificado em algumas matérias do *NYT*. Ainda durante a estadia de Goulart nos EUA, Tad Szulc escreveu uma reportagem elencando Argentina, Brasil e Cuba como três países problemáticos na América Latina, por representarem um grande desafio aos EUA.¹⁷ O jornalista considerou positiva a visita de Goulart para clarear alguns pontos obscuros nas relações bilaterais dos países, mas não se furtou a criticar a Política Externa Independente, reforçando que ela era considerada irritante por muitos americanos, gerando descontentamento na opinião pública do país. A reportagem tocava no ponto sensível da visita de Goulart aos EUA, qual seja: a expropriação de empresas norte-americanas por governos estaduais no Brasil.

NYT, através da reportagem *Brasil assina pacto pela Aliança*¹⁸, trouxe um balanço dos resultados da visita de Goulart aos EUA, enfatizando que o presidente brasileiro havia assinado acordos para que a Alpro financiasse projetos para o desenvolvimento do Brasil, que incluía construção de escolas, estabelecimento de energia elétrica, entre outros. O jornal, assim como o governo norte-americano e a imprensa conservadora brasileira, avaliavam que o presidente havia acenado positivamente para o que era entendido como o principal ponto de convergência entre os dois países: a aproximação através da Aliança para o Progresso. A Alpro seguiu espalhando seus recursos, mas com destinação prioritária aos Estados governados por opositores a Goulart, o que demonstra que os EUA agiam a partir de uma clara motivação política de descontentamento com os rumos da política externa e doméstica do Brasil (Loureiro 2020).

A visita de Goulart aos EUA pode ter sido o último ato relacionado às intenções dos dirigentes de ambos os países em resolver as suas divergências a partir do diálogo e da conciliação. No entanto, essa disposição pode ser identificada muito mais nos esforços brasileiros do que nas ações das lideranças dos EUA. Segundo Carlos Fico, a vitória de Goulart no plebiscito de 1963 inquietou o governo norte-

17 *Three critical areas point up big problems of Latin America*, 07/04/1962, *NYT*.

18 *Brazil signs pact for alliance aid*, 13/04/1962, *NYT*.





americano, fazendo Kennedy determinar um plano de contingência para o Brasil, plano esse elaborado com a ajuda íntima do embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, que compartilhava a visão de muitos militares brasileiros de que Jango poderia perder o controle da situação, entregando o poder aos comunistas (2014, 76).

Considerações finais

No conjunto de informações que conformavam a visão do Brasil, o jornal *The New York Times* incluiu, a partir de 1961, um elemento até então pouco comum nas reportagens sobre o país: as ações de política externa e suas repercussões sobre o contexto internacional e regional. Os correspondentes do jornal dedicaram atenção incomum à Política Externa Independente, tema que também crescia em importância junto à opinião pública brasileira.

A partir da observação sobre o crescimento da mobilização social organizada, como as ligas camponesas, o jornal fortalecia a percepção de que o Brasil corria o risco de passar por um processo revolucionário semelhante ao que havia ocorrido em Cuba. A luta pela reforma agrária no nordeste brasileiro era vista como análoga ao movimento que levou à guerrilha que arregimentou a população camponesa em Cuba e, desde a administração Kennedy, havia a percepção de que um processo revolucionário no Brasil deveria ser evitado a qualquer custo.

As informações e tendências analíticas da imprensa brasileira eram replicadas pelos jornalistas norte-americanos e conformaram a maior parte das reportagens do *NYT* apresentadas neste artigo. O balanço que o jornal fez de João Goulart, quando da sua visita oficial aos EUA, foi mais positivo se comparada à análise que a imprensa brasileira fazia do presidente brasileiro. As matérias que tiveram como tema a Conferência de Punta del Este e a visita de Goulart aos EUA demonstram que grande atenção foi dada à Aliança para o Progresso, entendida tanto pelo jornal quanto pelo governo dos EUA como um meio eficaz de combater os perigos do comunismo, a partir do atendimento às demandas do desenvolvimento econômico e social.

A imprensa, tanto no Brasil quanto nos EUA, foi vetor importante na divulgação do fantasma do perigo comunista. Essa é uma questão latente que permeia o relacionamento entre os setores da imprensa norte-americana e o próprio governo dos EUA. Especialmente neste ponto havia sintonia entre a percepção do jornal e das lideranças políticas sobre o governo de João Goulart, havendo mútua interação





entre os mesmos. A PEI, as desigualdades sociais e as intensas mobilizações sociais, especialmente no nordeste brasileiro, não passavam despercebidas pelo jornal. É possível que as matérias do *NYT* contribuíssem para a percepção que o governo americano tinha sobre a gravidade da situação no Brasil.

Entre 1961 e 1962, as relações entre Brasil e EUA encontravam dificuldades, mas ainda não haviam chegado em um estado de deterioração. A PEI era um ponto de atenção e descontentamento constante, mas até 1962 existiam expectativas por parte dos EUA de que o governo brasileiro aderisse à Alpro e abafasse as tendências mais à esquerda de sua base de apoio. Nesse sentido, a visita de Goulart aos EUA marcou um último momento de esperanças de ambos os lados de que as relações entre os dois países pudessem ser positivas. Nos meses e anos seguintes, tal expectativa foi frustrada. A Alpro fracassou e as ações contra o governo de Goulart foram se intensificando internamente, motivadas, entre outros fatores, pelo apoio financeiro que os EUA deram a institutos como o IPES e o IBAD, responsáveis por realizar maciça propaganda contra Goulart. Não há consenso do período (em mês e ano) em que o governo de Kennedy ou o de Johnson teria passado de apoio à desestabilização do governo brasileiro à clara conspiração. Segundo Loureiro, alguns autores entendem que esse momento foi o final de 1962, enquanto outros argumentam que meados de 1963 seria o divisor de águas (2020, 24). De qualquer forma, esse processo culminaria no apoio moral e logístico do governo dos EUA aos militares brasileiros que golpearam a democracia.

Ao final de 1963 foi se fortalecendo, especialmente entre os militares brasileiros, a perspectiva de rompimento institucional, na medida em que esse segmento percebia que poderia contar com o apoio dos EUA. O estabelecimento da Operação *Brother Sam*, montada para apoiar os golpistas brasileiros com armas e munições caso fosse necessário, é página conhecida das relações entre Brasil e EUA. Em 1964, demonstrando consonância com o governo norte-americano na percepção dos eventos brasileiros, *NYT* apoiou o golpe que depôs João Goulart. A experiência nacionalista e autônoma expressa na PEI encontrava os seus limites nos enquadramentos da Guerra Fria.





Referências

- Abreu, Alzira Alves de. 2006. “1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart”. In João Goulart. Entre a memória e a história, 107-128. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Almond, Gabriel. 1950. *The American People and Foreign Policy*. New York: Harcourt, Brace & Co.
- Ávila, Carlos Federico Dominguez. 2011. A Conferência de Punta del Este cinquenta anos depois: um estudo da VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Américas (1962). *Carta Internacional* 6, n. 1: 53-66.
- Barbosa, Marialva. 2007. *História cultural da imprensa (Brasil 1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Capelato, Maria Helena. 1989. *Os arautos do liberalismo. Imprensa Paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense.
- Figueiredo, Rubens; Cervellini, Sílvia. 1995. Contribuições para o conceito de opinião pública. *Opinião Pública* 3, n. 3: 171-185.
- Ferreira, Marieta de Moraes. 2006. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV.
- Fico, Carlos. 2014. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV.
- Fonseca, Gelson. 2013. “Francisco Clementino San Tiago Dantas: o conflito Leste-Oeste e os limites do argumento racional”. In Funag. *Pensamento Diplomático Brasileiro*, vol. 3: formuladores e agentes de política externa (1750-1964), 985-1028. Brasília: Funag.
- Franchini Neto, Hélio. 2005. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. *Revista Brasileira de Política Internacional* 48, n. 2: 129-151.
- Freixo, Adriano de; Heredias, Lorena Delduca. 2022. “A palavra de quem apenas quer ver o país livre da espoliação internacional”: Leonel Brizola e a Política Externa Brasileira (1961-1964)”. *Mural Internacional* 13, n.1: 1-10.
- Garcia, Eugênio Vargas. 2005. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Green, James. 2009. *Apesar de vocês. Oposição à ditadura brasileira nos EUA, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Holsti, Ole R.. 2001. “Public Opinion and Foreign Policy: challenges to the Almond-Lippmann consensus”. In *American Foreign Policy: theoretical essays*, 344-376. Washington: Longman.
- Itagiba, Renata. 2013. *O Brasil ditatorial nas páginas do New York Times (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.
- Lippmann, Walter. 1922. *Public Opinion*. New York: Harcourt, Brace & Co.





- Loureiro, Felipe. 2020. *A Aliança para o Progresso e o Governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil no pós-guerra*. São Paulo: Unesp.
- Manzur, Tânia Maria Pechir Gomes. 2009. *Opinião Pública e Política Exterior do Brasil (1961-1964)*. Curitiba: Juruá.
- Molina, Matías. 2009. *Os melhores jornais do mundo: uma visão da imprensa internacional*. São Paulo: Globo.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto. 2010. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. São Paulo: UNESP.
- Montenegro, Antônio Torres. 2010. *Travessias e Desafios*. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, n. 28. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/24246>. Acesso em 25 abril 2024.
- O GLOBO. 8/8/2019. *Morre o jornalista Juan de Onis, correspondente na América Latina por mais de 50 anos*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/morre-jornalista-juan-de-onis-correspondente-na-america-latina-por-mais-de-50-anos-23863987>. Acesso em 26 janeiro 2024.
- Pilagallo, Oscar. 2012. *História da imprensa paulista. Jornalismo e poder de D. Pedro a Dilma*. São Paulo: Três Estrelas.
- Rezende, Renato Arruda. 2006. *1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados.
- Ricupero, Rubens. 2017. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores.
- Ribeiro, Ricardo Allagio. 2021. *Kennedy e o Brasil. Os primeiros anos da Aliança para o Progresso*. Curitiba: CRV.
- Talese, Gay. 2000. *O reino e o poder: uma história do New York Times*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Thomas, Jennifer Ann. 2014. *Os EUA derrubaram o presidente do Brasil? Super Interessante*. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/os-eua-derrubaram-o-presidente-do-brasil>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- Toledo, Caio Navarro de. 2014. “A democracia populista golpeada”. In *1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*, 39-58. Campinas: Editora UNICAMP.
- Sodré, Nelson Werneck. 1999. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad.
- Souza, Ismara Izepe. 2018. “Os jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo diante da Política Externa Independente”. *Revista Monções* 7, n. 13: 366-395. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/8730>. Acesso em: 18 jan.2024.
- Spoehr, Martina. 2020. *American Way of Business*. Curitiba: Appris.





Szulc, Tad. 1986. Fidel: um retrato crítico. 2^a ed. São Paulo: Best Seller.

Vizentini, Paulo Fagundes. 2004. Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente. Petrópolis: Vozes.

